



DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS** **2021**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
DISPONIBILIDADES	4	139.175,26	16.490,81
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		623.334.818,60	695.217.020,25
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	428.096.273,49	553.084.597,35
Títulos e Valores Mobiliários	6	165.069.196,54	119.360.844,66
Operações de Crédito	7	30.162.988,01	22.765.217,68
Outros Ativos Financeiros	8	6.360,56	6.360,56
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(182.644,36)	(113.826,09)
(-) Operações de Crédito	7.b	(182.644,36)	(113.826,09)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	2.497,43	2.380,67
OUTROS ATIVOS	10	837.850,38	488.771,28
INVESTIMENTOS	11	58.089.237,43	50.253.118,88
IMOBILIZADO DE USO	12	1.647.005,18	1.617.672,33
INTANGÍVEL	13	242.698,63	201.397,77
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(976.188,07)	(953.768,78)
TOTAL DO ATIVO		683.134.450,48	746.729.257,12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2021	31/12/2020
DEPÓSITOS	14	7.241.610,66	8.543.955,97
Depósitos Sob Aviso		136.328,50	130.588,92
Depósitos a Prazo		7.105.282,16	8.413.367,05
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		588.345.717,24	660.559.299,69
Relações Interfinanceiras		588.239.510,27	660.484.892,95
Centralização Financeira - Cooperativas	15	588.239.510,27	660.484.892,95
Outros Passivos Financeiros	16	106.206,97	74.406,74
PROVISÕES	18	135.638,17	133.158,42
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	311.254,71	253.317,17
OUTROS PASSIVOS	20	6.016.452,24	2.279.901,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.083.777,46	74.959.624,50
CAPITAL SOCIAL	21.1	51.767.853,20	46.319.260,45
RESERVAS DE SOBRAS	21.2	28.359.315,03	27.537.269,85
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	21.3	(609.183,31)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.4	1.565.792,54	1.103.094,20
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		683.134.450,48	746.729.257,12

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020 Reclassificado
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	19.015.502,04	27.132.394,32	16.764.132,95
Operações de Crédito		1.024.601,63	1.486.947,86	585.508,28
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	12.555.504,15	18.075.641,58	13.758.746,13
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	5.435.396,26	7.569.804,88	2.419.878,54
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(16.856.029,52)	(24.127.185,94)	(15.589.745,49)
Operações de Captação no Mercado	14	(233.387,99)	(334.524,71)	(197.439,27)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(16.628.357,92)	(23.723.842,96)	(15.427.994,10)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		5.716,39	(68.818,27)	35.687,88
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.159.472,52	3.005.208,38	1.174.387,46
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		342.535,12	1.729.754,21	2.609.903,19
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	173.142,76	397.138,88	249.373,16
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(4.321.860,71)	(8.380.777,27)	(7.413.157,37)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(2.155.076,08)	(3.699.719,02)	(2.805.800,19)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(90.647,95)	(150.628,30)	(137.222,88)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	29	2.464.128,36	4.443.176,42	3.229.361,39
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	4.280.497,02	9.146.219,71	9.491.387,89
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(7.648,28)	(25.656,21)	(4.038,81)
PROVISÕES	32	(1.755,78)	(2.479,75)	(1.550,57)
Provisões/Reversões para Contingências		(1.755,78)	(2.479,75)	(1.550,57)
RESULTADO OPERACIONAL		2.500.251,86	4.732.482,84	3.782.740,08
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	142.499,74	142.499,74	131.887,42
Outras Rendas Não Operacionais		142.499,74	142.499,74	131.887,42
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.642.751,60	4.874.982,58	3.914.627,50
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	(84.868,99)	(109.814,57)	(56.466,70)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(41.044,78)	(53.517,57)	(28.233,35)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(43.824,21)	(56.297,00)	(28.233,35)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO		2.557.882,61	4.765.168,01	3.858.160,80
JUROS AO CAPITAL	22	(1.521.169,89)	(2.113.206,32)	(1.200.631,51)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		1.036.712,72	2.651.961,69	2.657.529,29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em Reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	2.642.751,60	4.874.982,58	3.914.627,50
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.464.128,36)	(4.443.176,42)	(3.229.361,39)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.716,39)	68.818,27	(35.687,88)
Provisões/Reversões para Contingências	1.755,78	2.479,75	1.550,57
Depreciações e Amortizações	68.051,13	130.702,31	122.724,29
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADAS	242.713,76	633.806,49	773.853,09
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(12.708.001,74)	124.988.323,86	(145.038.817,91)
Títulos e Valores Mobiliários	(4.076.726,23)	(45.708.351,88)	(24.144.289,37)
Operações de Crédito	7.509.162,93	(7.397.770,33)	(8.038.614,22)
Outros Ativos Financeiros	-	-	10.389,43
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	-	(116,76)	(233,07)
Outros Ativos	105.862,77	(349.079,10)	(280.487,98)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos sob Aviso	4.082,59	5.739,58	3.516,97
Depósitos a Prazo	300.177,76	(1.308.084,89)	1.729.275,60
Relações Interfinanceiras	7.212.003,57	(72.245.382,68)	174.101.805,18
Outros Passivos Financeiros	5.699,96	31.800,23	(12.012,97)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	126.904,05	57.937,54	(62.445,06)
Outros Passivos	(976.805,35)	1.623.344,55	(2.055.073,67)
FATES - Atos Cooperativos	(125.595,55)	(125.595,55)	(129.408,34)
FATES - Atos Não Cooperativos	(140.050,79)	(140.050,79)	(69.362,50)
Imposto de Renda	(41.044,78)	(53.517,57)	(28.233,35)
Contribuição Social	(43.824,21)	(56.297,00)	(28.233,35)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.605.441,26)	(43.294,30)	(3.268.371,52)
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível	(49.380,40)	(49.380,40)	(15.518,85)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(80.586,72)	(129.536,33)	(104.843,36)
Aquisição de Investimentos	(4.001.841,94)	(4.002.125,44)	118.361,86
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(4.131.809,06)	(4.181.042,17)	(2.000,35)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.663.332,86	3.953.917,94	2.103.449,40
Devolução de Capital à Cooperados	-	(1.665.902,43)	(36.855,96)
Distribuição de sobras para associados	-	(49.134,11)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.106.617,15	2.106.617,15	1.200.605,64
Reversões de Fundos	1.522,37	1.522,37	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	4.771.472,38	4.347.020,92	3.267.199,08
AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.965.777,94)	122.684,45	(3.172,79)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.104.953,20	16.490,81	19.663,60
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	139.175,26	139.175,26	16.490,81
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.965.777,94)	122.684,45	(3.172,79)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA
SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	42.578.854,76	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	-	473.206,61	69.233.666,97
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	473.206,61	-	-	-	-	(473.206,61)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.103.449,40	-	-	-	-	-	2.103.449,40
Por Devolução (-)	(36.855,96)	-	-	-	-	-	(36.855,96)
Reversões de Reservas	-	-	(82.426,33)	-	-	82.426,33	-
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	3.858.160,80	3.858.160,80
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.200.631,51)	(1.200.631,51)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.200.605,64	-	-	-	-	-	1.200.605,64
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	776.450,04	-	-	-	(776.450,04)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	661.640,54	-	-	(661.640,54)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(129.408,34)	(129.408,34)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(69.362,50)	(69.362,50)
Saldos em 31/12/2020	46.319.260,45	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	-	1.103.094,20	74.959.624,50
Saldos em 31/12/2020	46.319.260,45	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	-	1.103.094,20	74.959.624,50
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados	1.053.960,09	-	-	-	-	(1.103.094,20)	(49.134,11)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	3.953.917,94	-	-	-	-	-	3.953.917,94
Por Devolução (-)	(1.665.902,43)	-	-	-	-	-	(1.665.902,43)
Reversões de Reservas	-	-	(693.120,80)	-	-	693.120,80	-
Reversões de Fundos	-	-	-	-	-	1.522,37	1.522,37
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	4.765.168,01	4.765.168,01
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	(609.183,31)	-	(609.183,31)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.113.206,32)	(2.113.206,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.106.617,15	-	-	-	-	-	2.106.617,15
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	753.573,27	-	-	-	(753.573,27)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	761.592,71	-	-	(761.592,71)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(125.595,55)	(125.595,55)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(140.050,79)	(140.050,79)
Saldos em 31/12/2021	51.767.853,20	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(609.183,31)	1.565.792,54	81.083.777,46
Saldos em 30/06/2021	46.997.903,19	7.710.893,28	1.120.141,84	18.706.234,73	(1.201.159,82)	1.615.248,97	74.949.262,19
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	2.663.332,86	-	-	-	-	-	2.663.332,86
Reversões de Reservas	-	-	(693.120,80)	-	-	693.120,80	-
Reversões de Fundos	-	-	-	-	-	1.522,37	1.522,37
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	2.557.882,61	2.557.882,61
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	591.976,51	-	591.976,51
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.521.169,89)	(1.521.169,89)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.106.617,15	-	-	-	-	-	2.106.617,15
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	753.573,27	-	-	-	(753.573,27)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	761.592,71	-	-	(761.592,71)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	(125.595,55)	(125.595,55)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(140.050,79)	(140.050,79)
Saldos em 31/12/2021	51.767.853,20	8.464.466,55	1.188.613,75	18.706.234,73	(609.183,31)	1.565.792,54	81.083.777,46

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. - SICOOB CENTRAL BA

SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.557.882,61	4.765.168,01	3.858.160,80
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		591.976,51	(609.183,31)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	21.3	591.976,51	(609.183,31)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.149.859,12	4.155.984,70	3.858.160,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA SICOOB CENTRAL BA NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda – SICOOB CENTRAL BA - é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas cooperativas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição em 20 de setembro de 1988 e seu funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, cabe ao Sicoob Central BA o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional das cooperativas filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sistema.

Neste sentido, o Sicoob Central BA coordena as ações do Sicoob BA, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob Central BA integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

O Bacen emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos são:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração do Resultado a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, destaque para as despesas de provisões e retirada dos valores de destinações legais e estatutárias, conforme modelo sistêmico, sendo estes valores apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pelo Sicoob Central BA:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações

de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

O Sicoob Central BA iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.



As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa dos quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

São recursos captados pelo Sicoob Central BA de suas cooperativas filiadas, que correspondem às transferências das sobras de caixas destas últimas, denominado centralização financeira. De acordo com Lei 5.764/71, essas movimentações são decorrentes do ato cooperativo.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que o Sicoob Central BA questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sicoob Central BA ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.



n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando se tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR 2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com as cooperativas filiadas não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características do Sicoob Central BA ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	139.175,26	16.490,81
TOTAL	139.175,26	16.490,81



5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	392.312.813,25	34.548.483,61	439.107.417,79	65.863.493,39
Ligadas Com Garantia	37.544,51	1.197.432,12	2.013,90	4.014.026,15
Letras Financeiras Do Tesouro	-	-	44.097.646,12	-
TOTAL	392.350.357,76	35.745.915,73	483.207.077,81	69.877.519,54

- As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 98% e 108% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.555.504,15	18.075.641,58	5.715.279,50	13.758.746,13

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Livres (a)	-	75.937.745,18	3.626.044,55	28.701.982,94
Cotas de Fundo de Curto Prazo (b)	24.012.298,72	-	25.715.564,84	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa (c)	65.119.152,64	-	61.317.252,33	-
TOTAL	89.131.451,36	75.937.745,18	90.658.861,72	28.701.982,94

(a) A taxa de remuneração dessas aplicações é 100% da Selic.

(b) O Fundo Centralização Renda Fixa, tem por objetivo garantir a movimentação diária das cooperativas filiadas em conta mantida junto ao Banco Sicoob, com rentabilidade entre 92% e 95% do CDI.

(c) O Fundo Sicoob Institucional de Renda Fixa Crédito Privado é destinado exclusivamente para as entidades que integram o Conglomerado Banco Sicoob, com rentabilidade esperada acima de 100% do CDI, conforme regulamento. O Sicoob Central BA passou a aplicar nesse fundo em junho de 2018.

A administração dos Fundos é realizada pelo Bancoob DTVM.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.334.515,40	3.180.372,60	201.694,30	337.396,15
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	3.100.880,87	4.424.414,00	853.610,92	2.104.745,34
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(0,01)	(34.981,72)	(22.262,95)	(22.262,95)
TOTAL	5.435.396,26	7.569.804,88	1.033.042,27	2.419.878,54

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos – Capital de Giro	16.029.945,46	14.133.042,55	30.162.988,01	11.857.518,27	10.907.699,41	22.765.217,68
(-) Provisões para Operações de Crédito	(107.608,31)	(75.036,05)	(182.644,36)	(59.287,58)	(54.538,51)	(113.826,09)
TOTAL	15.922.337,15	14.058.006,50	29.980.343,65	11.798.230,69	10.853.160,90	22.651.391,59

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL / PERCENTUAL DE RISCO / SITUAÇÃO	EMPRÉSTIMO / TD	TOTAL EM 31/12/2021	PROVISÕES 31/12/2021	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2021
A 0,5% Normal	23.797.106,75	23.797.106,75	(118.985,53)	22.765.217,68	(113.826,09)
B 1% Normal	4.890.907,24	4.890.907,24	(48.909,07)	-	-
B 1% Vencida	1.474.974,02	1.474.974,02	(14.749,76)	-	-
Total Normal	28.688.013,99	28.688.013,99	(167.894,60)	22.765.217,68	(113.826,09)
Total Vencidos	1.474.974,02	1.474.974,02	(14.749,76)	-	-
Total Geral	30.162.988,01	30.162.988,01	(182.644,36)	22.765.217,68	(113.826,09)
Provisões	(182.644,36)	(182.644,36)		(113.826,09)	
Total Líquido	29.980.343,65	29.980.343,65		22.651.391,59	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

TIPO	ATÉ 90	DE 91 A 360	ACIMA DE 360	TOTAL
Empréstimos e Títulos Descontados	4.529.180,24	11.500.765,22	14.133.042,55	30.162.988,01
TOTAL	4.529.180,24	11.500.765,22	14.133.042,55	30.162.988,01

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	31/12/2021	% DA CARTEIRA
Outros	30.162.988,01	30.162.988,01	100,00%
TOTAL	30.162.988,01	30.162.988,01	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(113.826,09)	(149.513,97)
Constituições/Reversões no período	(68.818,27)	35.687,88
SALDO FINAL	(182.644,36)	(113.826,09)

f) Concentração dos Principais Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	7.753.732,45	26%	6.810.024,25	20%
10 Maiores Devedores	30.162.988,01	100%	22.765.217,68	100%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo	5.711.624,70	5.711.624,70
TOTAL	5.711.624,70	5.711.624,70

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores representativos de direitos junto à pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
	Não Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia	6.360,56	6.360,56
TOTAL	6.360,56	6.360,56

Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTF's.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
	Não Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	2.497,43	2.380,67
TOTAL	2.497,43	2.380,67



10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	42.247,84	-	22.834,63	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	82.765,12	-	73.146,00	-
Pagamentos a Ressarcir	3.173,52	-	4.064,90	-
Devedores Diversos – País (a)	636.271,35	502.392,34	319.048,88	502.392,34
Material em Estoque	27.071,12	-	23.594,46	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	300.432,69	-	300.432,69
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	-	(300.432,69)	-	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (d)	46.321,43	-	46.082,41	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	-	(502.392,34)	-	(502.392,34)
TOTAL	837.850,38	-	488.771,28	-

(a) Tratam-se da participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação (R\$502.392,34), que está totalmente provisionado, e da apropriação do rateio das despesas administrativas de dezembro de 2021, custeado pelas filiadas ao Sicoob Central BA (R\$636.271,35).

(b) Valor referente a 02 (duas) fazendas recebidas da Cooperativa de Crédito Rural do Oeste Ltda. como pagamento de dívida líquida, certa e vencida em 20 de dezembro de 2005, decorrente de saldo devedor da conta corrente nº 4-3. Tais fazendas foram recebidas em janeiro de 2006 e estão à venda, tendo sido inclusive postas em leilão, sem êxito até o momento. Desta forma, foi constituída provisão neste montante em virtude da dificuldade de venda.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, assessorias e garantias estendidas.

11. INVESTIMENTOS

As ações do Banco Sicoob são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, o Sicoob Central BA possuía 2,000036% da participação acionária. As demais ações e cotas são avaliadas pelo custo de aquisição.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	49.404.666,25	41.568.547,70
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	356.997,64	356.997,64
Sicoob Confederação	8.315.073,54	8.315.073,54
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	12.500,00	12.500,00
TOTAL	58.089.237,43	50.253.118,88

12. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	TAXA DEPRECIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos		48.000,00	48.000,00
Edificações	4%	686.265,17	686.265,17
Instalações	10%	42.113,55	42.113,55
Móveis e equipamentos de Uso	10%	277.490,06	278.489,56
Sistema de Processamento de Dados	20%	531.397,87	499.234,74
Sistema de Comunicação	10%	31.925,75	31.925,75
Sistema de Segurança	10%	29.812,78	31.643,56
Total de Imobilizado de Uso		1.647.005,18	1.617.672,33
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(254.065,90)	(226.615,30)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(29.332,97)	(26.320,73)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(533.500,11)	(549.012,45)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(816.898,98)	(801.948,48)
TOTAL		830.106,20	815.723,85



13. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na taxa abaixo:

DESCRIÇÃO	TAXA AMORTIZAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados – Software	10%	242.698,63	201.397,77
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(159.289,09)	(151.820,30)
TOTAL		83.409,54	49.577,47

14. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Depósito Sob Aviso (a)	136.328,50	130.588,92
Depósito a Prazo (b)	7.105.282,16	8.413.367,05
TOTAL	7.241.610,66	8.543.955,97

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata às cooperativas filiadas, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

c) Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	184.743.429,50	31%	220.037.762,63	33%
10 Maiores Depositantes	595.481.120,93	100%	652.728.210,83	98%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.082,59)	(5.739,58)	(1.276,47)	(3.516,97)
Despesas de Depósitos a Prazo	(229.305,40)	(328.785,13)	(65.457,32)	(193.922,30)
TOTAL	(233.387,99)	(334.524,71)	(66.733,79)	(197.439,27)

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, para o Sicoob Central BA. De acordo com a Resolução RCA 201 do Sicoob Central BA, as cooperativas filiadas têm que manter 30% dos seus depósitos, podendo a chegar a 20% (percentual mínimo), na centralização financeira, e são remuneradas em média a 98% do CDI.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira – Cooperativas	588.239.510,27	660.484.892,95
TOTAL	588.239.510,27	660.484.892,95

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos - Fornecedores	106.206,97	74.406,74
TOTAL	106.206,97	74.406,74

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Para Contingências	135.638,17	133.158,42
TOTAL	135.638,17	133.158,42

O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTF's das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi



provisionada em sua totalidade (R\$ 6.360,56), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

Trata-se de débitos de IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$25.765,45 e R\$31.240,65 respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado pelo Sicoob Central BA e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gejur e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade, obedecendo ao princípio contábil da prudência, a dívida está atualizada até junho de 2021.

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que o Sicoob Central BA é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRIÇÃO	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	135.638,17	6.360,56	133.158,42	6.360,56
TOTAL	135.638,17	6.360,56	133.158,42	6.360,56

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar (a)	61.789,86	31.667,15
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	31.854,28	29.442,62
Impostos e Contribuições Sobre Salários (c)	213.138,97	188.319,39
Outros (d)	4.471,60	3.888,01
TOTAL	311.254,71	253.317,17

(a) Trata-se de IRRF a recolher (R\$31.319,33), CSLL a recolher (R\$30.470,53) apurados s/ atos não cooperativos.

(b) Trata-se de ISS a recolher (R\$1.287,35), INSS a recolher (R\$27.015,24), IRRF a recolher (R\$879,06), IRRF a recolher Pessoa Física (R\$ 1.194,15), PIS/COFINS/CSLL a recolher (R\$1.478,48).

(c) Trata-se de IRRF a recolher (R\$68.078,02), INSS a recolher (R\$105.208,88), FGTS a recolher (R\$35.395,75) e PIS a recolher (R\$4.456,32).

(d) Trata-se de ISS a recolher (R\$2.331,61), Pis s/ faturamento (R\$298,05) e Cofins a recolher (R\$1.841,94).

20. OUTROS PASSIVOS

20.1 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	309.448,72	183.853,17
FATES - Resultado de Atos com Não Associados (a)	388.248,03	249.719,61
Cotas de Capital a pagar (b)	6.615,04	25,87
TOTAL	704.311,79	433.598,65

(a) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do Sicoob Central BA, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Atendendo à instrução do Bacen, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado para absorver despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de Fates passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Trata-se substancialmente de juros sobre capital próprio a serem pagos ao Sicoob Credicom devido a incorporação da ex-filiada Sicoob Credmed, em fevereiro de 2021.

20.2 PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Pessoal (a)	603.914,21	538.913,13
Outras Despesas Administrativas (b)	71.089,38	71.016,30
TOTAL	675.003,59	609.929,43

(a) Despesas de Pessoal está composta por: Férias (R\$441.836,33), INSS sobre férias (R\$113.551,96), FGTS sobre férias (R\$35.324,51), PIS sobre férias (R\$4.418,36), Outros (R\$8.783,05).

(b) Outras Despesas Administrativas está composta por: Água/energia/gás (R\$5.428,29), Aluguéis (R\$1.246,64), Comunicações (R\$8.844,06), Processamento de dados (R\$498,64), Manutenção e conservação de Bens (R\$5.534,28), Seguro (R\$2.832,76), Viagens a Serviço (R\$ 1.432,00), Compensação (R\$ 1.643,94), Outras despesas administrativas (R\$43.628,77).



20.3 CREDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Credores Diversos – País (a)	4.637.136,86	1.236.373,29
TOTAL	4.637.136,86	1.236.373,29

(a) Refere-se a: provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde a remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos na reserva obrigatória de liquidez da centralização financeira (R\$4.198.931,68); créditos de terceiros (R\$2.351,38); pendência a regularizar Bancoob (R\$63.232,72); provisões de despesas administrativas das filiadas (R\$330.902,44); recursos doados pela empresa DGRV – Confederação Alemã das Cooperativas, com saldo atualizado de R\$41.718,62, conforme Instrumento Particular de Constituição de Obrigações Decorrentes de Doação Condicional firmado entre a Sicoob Central BA e a DGRV.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada e integralizado por suas cooperativas filiadas. De acordo com o Estatuto Social, cada filiada tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 25, §2º do nosso Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital da Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 218/2021, mensalmente, a partir do mês de julho/2021, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social, valor correspondente a 0,0350% (trezentos e cinquenta décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos. De janeiro a junho/2021, o percentual aplicado foi de 0,0175% (cento e setenta e cinco décimos de milésimos por cento).

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	51.767.853,20	46.319.260,45
Associados	10	12

21.2 RESERVAS DE SOBRAS

21.2.1 RESERVA LEGAL

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 34, inciso I, do Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal	8.464.466,55	7.710.893,28
TOTAL	8.464.466,55	7.710.893,28

21.2.2 RESERVA PARA EXPANSÃO

21.2.2.1 FUNDO MICRO FINANÇAS

Em 02 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado entre DGRV e Sicoob Central BA, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos a contar da data de assinatura.

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	185.005,66	171.766,11
Reversão de Reserva para Expansão	(82.529,11)	(9.977,10)
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	22.738,20	23.216,65
Saldo Final	125.214,75	185.005,66

21.2.2.2 FUNDO INSTITUTO SICOOB

Em 26 de abril de 2019, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a criação do Fundo de Custeio Instituto Sicoob do Sicoob Central BA.

O Fundo tem como objetivo apoiar as ações sistêmicas do Instituto Sicoob nas cooperativas do Sicoob na BA, que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

Para o Fundo é destinado integralmente o valor resultante da contribuição mensal das filiadas em 0,0005% (cinco décimos de milésimo por cento) do total de seus depósitos. Por outro lado, a realização do fundo ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas



relacionadas as ações de divulgação, promoção, bem como investimentos do Instituto Sicoob.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	935.136,18	369.161,52
Constituição da Reserva para Expansão	688.854,51	638.423,89
Utilização da Reserva (custos com ações do Instituto Sicoob)	(560.591,69)	(72.449,23)
Saldo Final	1.063.399,00	935.136,18

21.2.3 RESERVA DE SOBRAS A REALIZAR

Esta reserva foi constituída entre 2008 e 2018 pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, não haverá mais destinação ao fundo com o resultado do MEP.

DESCRIÇÃO	31/12/2018
Saldo até 30 de junho de 2021	18.706.234,73

21.3 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

Em 2021, o Sicoob Central BA realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo método de equivalência patrimonial, bem como registrou como outros resultados abrangentes, a partir do exercício de 2021, as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido desse banco, sem efeitos sobre o resultado.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(609.183,31)	-

21.4 SOBRES OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado para absorver despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Sobras Brutas do Exercício	2.651.961,69	2.657.529,29
Resultado de Atos Não Cooperativos	(140.050,79)	(69.362,49)
(=) Sobras do Exercício Antes das Destinações	2.511.910,90	2.588.166,80
(-) Destinações Estatutárias	(879.168,82)	(905.858,38)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(125.595,55)	(129.408,34)
Reserva legal 30% sobre sobras de atos cooperativos	(753.573,27)	(776.450,04)
(=) Sobras do Exercício antes dos ajustes das Reservas de Expansão	1.632.742,08	1.682.308,42
Destinação Para Reserva de Expansão	642.963,17	82.426,33
Reversão da Reserva de Expansão	(711.435,08)	(661.640,54)
Utilização de Recursos do FATES	1.522,37	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.565.792,54	1.103.094,21

22. JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO

O Sicoob Central BA pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital das cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$2.113.206,32, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$1.200.631,51, equivalente a 100% da variação da SELIC.

23. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	1.024.601,63	1.486.947,86	251.415,21	585.508,28
Resultado de Aplic. Interfinanceiras	12.555.504,15	18.075.641,58	5.715.279,50	13.758.746,13
Resultado de Op. c/ Títulos Imobiliários	5.435.396,26	7.569.804,88	1.033.042,27	2.419.878,54



TOTAL	19.015.502,04	27.132.394,32	6.999.736,98	16.764.132,95
--------------	----------------------	----------------------	---------------------	----------------------

24. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas De Captação	(233.387,99)	(334.524,71)	(66.733,79)	(197.439,27)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(16.628.357,92)	(23.723.842,96)	(6.390.758,86)	(15.427.994,10)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	32.283,26	63.414,04	31.714,07	133.809,78
Provisões para Operações de Crédito	(26.566,87)	(132.232,31)	(8.315,09)	(98.121,90)
TOTAL	(16.856.029,52)	(24.127.185,94)	(6.434.093,67)	(15.589.745,49)

25. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	173.142,76	397.138,88	115.110,27	249.373,16
TOTAL	173.142,76	397.138,88	115.119,27	249.382,16

26. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28.754,40)	(54.075,36)	(25.320,96)	(50.641,92)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(499.054,14)	(997.598,35)	(470.256,42)	(932.072,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(890.484,64)	(1.751.499,45)	(766.098,53)	(1.552.135,74)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(753.858,35)	(1.482.195,39)	(679.331,26)	(1.329.879,99)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.096.333,63)	(4.022.609,40)	(1.731.000,79)	(3.435.136,70)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(44.358,19)	(55.200,92)	(4325,45)	(75.293,95)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.017,36)	(17.598,40)	(18.361,97)	(37.996,55)
TOTAL	(4.321.860,71)	(8.380.777,27)	(3.694.695,38)	(7.413.157,37)

27. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(28.155,53)	(53.892,32)	(21.350,19)	(57.802,11)
Despesas de Aluguéis	(61.156,14)	(123.718,42)	(74.222,30)	(160.420,93)
Despesas de Comunicações	(40.306,05)	(82.087,74)	(51.019,85)	(102.802,89)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(24.132,61)	(28.892,87)	(16.220,98)	(29.376,38)
Despesas de Material	(3.375,76)	(6.779,74)	(6.120,03)	(11.221,97)
Despesas de Processamento de Dados	(132.493,34)	(243.715,99)	(66.073,67)	(101.078,52)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(106.038,73)	(212.405,63)	(60.426,24)	(137.101,74)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(9.259,98)	(2.371,53)	(8.497,53)
Despesas de Publicações	(5.700,00)	(12.260,00)	0,00	(7.130,00)
Despesas de Seguros	(8.649,90)	(16.975,29)	(6.291,50)	(10.021,72)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(59.856,76)	(124.938,05)	(78.341,57)	(128.898,92)
Despesas de Serviços de Terceiros	(94.099,64)	(180.111,27)	(98.954,94)	(194.975,63)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(21.938,96)	(44.528,40)	(21.393,08)	(87.859,75)
Despesas de Transporte	(11.986,82)	(25.482,40)	(6.160,00)	(9.930,51)
Despesas de Viagem no País	(87.875,43)	(140.361,50)	(85.336,17)	(240.188,33)
Despesas de Amortização	(7.960,30)	(15.548,33)	(9.168,16)	(23.495,04)
Despesas de Depreciação	(60.090,83)	(115.153,98)	(50.997,01)	(99.229,25)
Outras Despesas Administrativas	(1.401.259,28)	(2.263.607,11)	(663.742,32)	(1.395.768,97)
TOTAL	(2.155.076,08)	(3.699.719,02)	(1.318.189,54)	(2.805.800,19)



28. DISPÊNDIOS TRIBUTÁRIOS

Conforme legislação vigente, as sociedades cooperativas possuem isenção tributária sobre suas receitas com atos cooperativos. Em 2021, foram auferidas receitas de atos não cooperativos tributados pelo PIS/COFINS e resultado positivo de atos não cooperativos tributados pelo IRPJ e CSLL.

Segue demonstrativo das despesas tributárias:

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
ISS-5%	(8612,47)	(19812,27)	(5.755,48)	(12.468,53)
COFINS-4%	(6.889,98)	(15.849,82)	(4.604,41)	(9.974,92)
PIS-0,65%	(1.119,62)	(2.575,58)	(748,23)	(1.620,94)
1-Subtotal - Tributos sobre receitas de atos não cooperativos	(16.622,07)	(38.237,67)	(11.108,12)	(24.064,39)
Impostos e taxas - Municipais	(45.077,97)	(64.818,22)	(41.733,22)	(69.795,68)
Despesas de Tributos Federais	(9.855,11)	(9.978,97)	(9.742,90)	(9.752,47)
PIS sobre Folha de Pagamento	(19.092,80)	(37.593,44)	(17.025,48)	(33.610,34)
2-Subtotal - Outros Tributos e Taxas	(74.025,88)	(112.390,63)	(68.501,60)	(113.158,49)
1+2-Total Tributos sobre receitas de atos não cooperativo, Outros Tributos e Taxas	(90.647,95)	(150.628,30)	(79.609,72)	(137.222,88)
IRPJ e CSLL	(84.868,99)	(109.814,57)	(40.062,76)	(56.466,70)
3-Total Tributos sobre resultado de atos não cooperativos	(84.868,99)	(109.814,57)	(40.062,76)	(56.466,70)
1+2+3= TOTAL DAS DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(175.516,94)	(260.442,87)	(119.672,48)	(193.689,58)

29. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do anco.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial - MEP, utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	2.464.128,36	4.443.176,42	1.562.045,46	3.229.361,39
TOTAL	2.464.128,36	4.443.176,42	1.562.045,46	3.229.361,39

30. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	643,98	18.427,29	1.238,31	25.167,33
Deduções e abatimentos	-	11.651,06	15.097,15	32.354,70
Rateio de despesas da central entre filiadas	3.853.654,77	8.325.529,07	4.067.159,15	8.792.925,37
Outras rendas operacionais	426.198,27	790.612,29	385.021,21	640.940,49
TOTAL	4.280.497,02	9.146.219,71	4.468.515,82	9.491.387,89

31. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(1.452,54)	(1.460,47)	(629,95)	(647,70)
Passivos Contingentes	-	(18.000,00)	-	-
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(3.801,40)	(3.801,40)	(1.506,35)	(3.393,11)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(871,97)	(871,97)	-	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.522,37)	(1.522,37)	-	-
TOTAL	(7.648,28)	(25.656,21)	(2.136,30)	(4.040,81)

32. DESPESAS COM PROVISÕES

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Provisões para Contingências	(1.755,78)	(2.479,75)	(558,66)	(1.550,57)
TOTAL	(1.755,78)	(2.479,75)	(558,66)	(1.550,57)

33. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
Outras Rendas não Operacionais	142.499,74	142.499,74	131.887,42	131.887,42
TOTAL	142.499,74	142.499,74	131.887,42	131.887,42

34. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.



35. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do Sicoob Central BA e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações do Sicoob Central BA, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Bacen, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 31 de dezembro de 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	600.000,00	1,09%	3.000,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	21.286.000,00	38,54%	87.831,98
TOTAL	21.886.000,00	39,62%	90.831,98
Montante das Operações Passivas	4.841.279,98	77,02%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos devedores das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	22.409.255,56	143.875,70	74,30%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	6.061.093,85	83,70%	0,77%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos – Pós Fixadas	100,33%	32
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	100,52%	68

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração do Sicoob Central BA. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação..

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	51.591.744,11

e) No exercício de 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º SEM/21	31/12/2021	2º SEM/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(107.025,56)	(210.334,53)	(99.115,31)	(196.541,87)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(499.054,14)	(997.598,35)	(470.256,42)	(932.072,52)
Plano de Saúde	(32.027,59)	(67.390,75)	(32.850,84)	(65.450,56)
Previdência Complementar	(18.444,42)	(36.037,20)	(33.482,28)	(50.223,42)
Alimentação	(10.548,00)	(21.096,00)	(9.756,00)	(19.512,00)
Seguro de Vida	(881,64)	(2.130,66)	(1.198,68)	(2.397,36)
Gympass	(59,88)	(119,76)	(137,76)	(137,76)
Telefonia	(305,82)	(611,64)	(610,38)	(610,38)
TOTAL	(668.347,05)	(1.335.318,89)	(647.407,67)	(1.266.945,87)

f) O Capital Social apresentado pelo Sicoob Central BA de partes relacionadas foi:

DESCRIÇÃO	31/12/2021
Capital Social	42.059.082,92



36. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

36.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.



36.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a

totalidade das posições das entidades do Sicoob.

36.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo: limite mínimo de liquidez; fluxo de caixa projetado; aplicação de cenários de estresse; definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 RISCO SOCIOAMBIENTAL

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política



Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

36.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a

- entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

O Sicoob Central BA adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 01/03/2013 e CMN nº 4.193, de 01/03/2013, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator "F" ao montante RWA, sendo "F" igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 2,00% (dois por cento), a partir de 1º de outubro de 2021, totalizando 10,00% (dez por cento) de exigência no 2º semestre de 2021. Na data base de 31 de dezembro de 2021, a margem do patrimônio de referência do Sicoob Central BA correspondia a R\$26.184.220,68, representando IB de 23,02%, superior ao requerido mínimo pelo Banco Central do Brasil. Na data base de 31 de dezembro de 2020, a margem era de R\$26.566.498,63, representando IB de 22,76%.

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Sicoob Central BA é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores do Sicoob Central BA são equivalentes a



no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas totalizaram:

DESCRIÇÃO	2° SEM/21	31/12/2021	2° SEM/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(119.108,29)	(226.148,48)	(99.133,76)	(200.783,19)
TOTAL	(119.108,29)	(226.148,48)	(99.133,76)	(200.783,19)

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2021.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ÀS COOPERATIVAS ASSOCIADAS

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICCOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. CENÁRIO

O ano de 2021 foi marcado pela expectativa de retomada da atividade econômica, com o início da vacinação em massa em todo o território nacional. Decorridos mais de 12 meses do reconhecimento oficial do estado de pandemia em função da Covid-19, exsurge, no primeiro trimestre do ano, sinais de um desempenho similar ao período da pré pandemia, com avanço de 1,2% em relação ao ciclo imediatamente anterior, não obstante a segunda onda da pandemia estar instalada no país.

O cenário promissor da economia, evidenciado no primeiro ciclo do ano, porém, não se configurou nos dois períodos subsequentes. O reflexo desta estagnação foi a entrada do país em recessão técnica, em função da variação negativa do PIB no segundo e terceiro trimestres de 2021. Sob a ótica da oferta, destaca-se a involução do setor agropecuário, com redução de 8% e 2,9%, respectivamente, enquanto o setor da indústria manteve-se estável no terceiro trimestre, ante redução de 0,5% e o setor de serviços, no mesmo período, avançou 1,1%, ante crescimento de 0,6%.

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias que representa mais de 70% do PIB avançou 0,9%, ante queda de 0,2% no segundo trimestre. O gasto de governo avançou 0,8%, ante 0,9%, enquanto os investimentos reduziram 0,1% e 3% nos dois ciclos. As exportações reduziram 9,8% ante crescimento de 13,7% e as importações, por seu turno, reduziram 8,3% e 1,3%, respectivamente.

No decorrer de 2021 o que chamou a atenção foi a evolução da inflação, perspectiva não desenhada pelo mercado, apesar da retomada das atividades econômicas, até então estagnadas, ainda em função da pandemia. De uma previsão¹ inicial de 3,32% para o exercício, o IPCA fechou o ano em 10,06%, superando em muito o teto da meta de 5,25% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Fatores externos e internos respondem por este pico inflacionário. A reabertura da atividade econômica, após longo período de restrições para conter o avanço da pandemia da Covid-19,

¹Bacen: Boletim Focus 31/12/2020



fez com que houvesse um crescimento da demanda global, o que provocou aumento de preço em várias commodities, sobretudo o petróleo e outras fontes de energia. Do lado interno, o setor de transportes - incluindo combustíveis - habitação (incluindo energia elétrica) e alimentação e bebidas responderam por quase 80% da inflação de 2021.

Como política contracionista, coube ao Bacen cessar o período de manutenção da Selic no patamar de 2%, perdurado desde o início de agosto/20, e iniciar o ciclo de elevação do indicador na metade de março/21, fechando o ano em 9,25%. Com essa elevação, os preços dos produtos de crédito estão sendo ajustados, tornando-os mais caros para o consumidor final.

As duas variáveis têm efeitos diretos no mercado financeiro e, sobretudo, no negócio cooperativo. A inflação elevada tem impacto direto nos custos fixos, ao passo que o aumento da Selic reflete diretamente no custo de captação, impactando ainda mais aquelas cooperativas com políticas de rentabilidade mais atrativas para o associado. O desafio é equalizar esses movimentos, ou seja, ajustar as taxas de captação e aplicação do crédito para que possam assegurar a manutenção dos spreads, a fim de suportar as estruturas operacionais, assim como o risco do negócio. Nossas filiadas devem estar atentas a estes cenários.

Para 2022, estima-se que a inflação só deve desacelerar no segundo semestre, embora com uma dose de incertezas em função de fenômenos meteorológicos – seja por falta ou excesso de chuvas - período eleitoral, possíveis conflitos internacionais e novas variantes do coronavírus. A paralisação de cadeias produtivas, em caso de necessidade de suspensão de parte das atividades econômicas, pode gerar pressão inflacionária, como ocorrera no ano anterior.

Ainda nesta perspectiva, o mercado financeiro prevê a manutenção da taxa Selic no patamar dos dois dígitos, com estimativa de 12,25%, podendo alcançar 12,50% no final do 1º semestre de 2022, encerrando o ano neste patamar. Já o PIB de 2022, a estimativa dos especialistas é de um crescimento de 0,3%, enquanto espera-se um crescimento na ordem de 4,5% em 2021. No que tange à carteira de crédito², a previsão é de um crescimento na ordem de 7%, ante a expectativa de 14% em 2021.

Diante deste cenário, o papel do Sicoob Central BA é estimular, fomentar e prover soluções que possam desenvolver as cooperativas filiadas, tendo como direcionador o Planejamento Estratégico, a partir do mapa estratégico composto por dimensões e objetivos sistêmicos.

Com isso, buscamos uma expansão eficiente e sustentável, primando pela gestão de risco, com redução ainda mais da inadimplência e reflexo direto no resultado da intermediação financeira; pela ampliação do número de cooperados com elevação da venda de produtos e serviços; e pela otimização das despesas administrativas, melhorando ainda mais nossos indicadores de desempenho.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos sofreram uma redução de 8,52% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$683,13 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, 91,22% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 86,83% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 4,39% em operações de crédito.

No ano de 2021, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas

filiadas regrediram 10,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$595,48 milhões.

A redução dos ativos, da carteira de depósitos e dos recursos aplicados na centralização financeira é justificada pelo direcionamento dos recursos das cooperativas filiadas ora aplicados no Sicoob Central BA para elevação de suas respectivas carteiras de crédito.

O patrimônio líquido evoluiu 8,24%, chegando a R\$81,35 milhões. As sobras líquidas antes das destinações reduziram em 0,21% em relação ao mesmo período de 2020, alcançando R\$2,65 milhões em 31 de dezembro de 2021.

2.2. COOPERATIVAS FILIADAS

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o ano de 2021 com R\$1.963,62 milhões, representando um aumento de 10,12% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de incerteza da economia, encerraram o ano de 2021 com R\$1.178,52 milhões, representando um acréscimo de 24,05% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 6,37% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o patamar de R\$1.298,84 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$449,80 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma evolução de 5,12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas do ano de 2021, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$55,84 milhões, representando um aumento de 27,42% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 13,43% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob - CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

3.4. RISCO DE CRÉDITO E RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob - CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.6. GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em:



Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do Sicoob Central BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. CONSELHO FISCAL

Eleito na AGO de 26/04/2019, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do Sicoob Central BA.

6. PACTO DE ÉTICA

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes. O Código de Ética foi atualizado, e a partir de 03 de fevereiro de 2021 passou a chamar-se Pacto de Ética.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.

Salvador, 21 de fevereiro de 2022

IVO AZEVEDO DE BRITO
PRESIDENTE

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

RELATÓRIO AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICCOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da



auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Belo Horizonte - MG, 11 de fevereiro de 2022.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O

1888 7700 4444



SICOOB
Central BA